



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**TELEFAX: (32) 3275-1052**

Praça Mauro Roquete Pinto, 01 – Centro – CEP: 36.620-000 – Santana do Deserto – MG

[www.santanadodeserto.mg.gov.br](http://www.santanadodeserto.mg.gov.br)

**Projeto de Lei nº 13 de 24 de julho de 2025**

Autoriza o remanejamento de que menciona.

A Câmara Municipal de Santana do Deserto aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1** - Fica o Prefeito Municipal autorizado a remanejar no orçamento do Município de Santana do Deserto, do órgão Prefeitura Municipal para órgão Câmara Municipal, as seguintes dotações e seus respectivos valores:

Órgão 01 – Câmara Municipal de Santa do Deserto

Unidade 01.01.00 – Câmara Municipal

01	Legislativa	
01.031	Ação Legislativa	
01.031.020	Processo Legislativo	
01.031.020.1.0001	Aparelhamento da Câmara Municipal	
4.4.90.52	Equipamentos e Material de Permanente	100.000,00

Total Geral Acrescido - - - - - R\$ 100.000,00

**Art. 2** - Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município.

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Santana do Deserto

Unidade 02.99.99 – Reserva de Contingência

09	Reserva de Contingência	
09.999	A Classificar	
09.999.099	Reserva de Contingência/RPPS	
09.999.099.9.0005	Reserva de Contingência/RPPS	
9.9.99.99	Reserva de Contingência	50.000,00

Total Unidade 07 - - - - - 50.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**TELEFAX: (32) 3275-1052**

Praça Mauro Roquete Pinto, 01 – Centro – CEP: 36.620-000 – Santana do Deserto – MG

[www.santanadodeserto.mg.gov.br](http://www.santanadodeserto.mg.gov.br)

Unidade 02.09.02 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

28	Encargos Especiais	
28.843	Serviço da Dívida Interna	
28.843.002	Pagamento de Precatório e Sentenças Judiciais	
28.843.002.9.0002	Pagamento de Precatório e Sentenças Judiciais	
3.1.90.91	Sentenças Judiciais	28.000,00

Total Unidade 08 ----- 28.000,00

28	Encargos Especiais	
28.843	Serviço da Dívida Interna	
28.843.002	Parcelamento com o INSS	
28.843.002.9.000	Parcelamento com o INSS	
3		
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	22.000,00

Total Unidade 08 ----- 22.000,00

Total Geral Anulado ----- R\$ 100.000,00

**Art. 3º-** A alteração orçamentária de que trata esta Lei será realizada por decreto executivo.

**Art. 4º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana do Deserto, 24 de julho de 2025.

**Ricardo Viana de Lima**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**TELEFAX: (32) 3275-1052**

Praça Mauro Roquete Pinto, 01 – Centro – CEP: 36.620-000 – Santana do Deserto – MG

[www.santanadodeserto.mg.gov.br](http://www.santanadodeserto.mg.gov.br)

**Exposição de Motivos**

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Encaminhamos para apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 13/2025, que “Autoriza o remanejamento de que menciona”.

A proposição objetiva a alteração orçamentária por remanejamento de um órgão para outro, mediante autorização legislativa específica, nos termos do art. 167, inc. VI da Constituição Federal.

O art. 1º almeja autorização legal do remanejamento de dotações para a Câmara Municipal, indicando as dotações que serão reduzidas da Prefeitura Municipal.

Vale reportar aos ensinamentos de J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis:

“O orçamento, durante a sua execução, pode ser alterado por diversos motivos, destacando, dentre eles, as variações de preços de mercado dos bens e serviços a serem adquiridos para consumo imediato ou futuro, as incorreções no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais e as omissões na Lei de Orçamento, além de fatos imprevisíveis e urgentes que ocorrem durante o exercício e que independem da vontade do administrador.” (A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal, 31ª ed., Ed.IBAM, págs. 107 a 119).

Com a alteração - remanejamento - fica garantida a adequação orçamentária afeta à Câmara Municipal respeitado o limite constitucional (art. 29-A/CF-88).

Diante do exposto, rogamos aos ilustres Vereadores a aprovação do Projeto de Lei incluso.

Atenciosamente,

**Ricardo Viana de Lima**  
**Prefeito Municipal**